

CORREIO
GRANDE CAMPINAS

DIVULGAÇÃO



Ofício encaminha orientação do TCESP à Prefeitura de Santa Bárbara

Câmara de Santa Bárbara cobra Prefeitura sobre piso do magistério

A Mesa Diretora da Câmara de Santa Bárbara d'Oeste encaminhou à Prefeitura o comunicado do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) que orienta os municípios sobre o cumprimento do piso salarial nacional dos profissionais do magistério da educação básica. O documento destaca a necessidade de observância das leis federais que tratam do tema e reforça que o enquadramento dos profissionais deve considerar as funções exercidas, a formação exigida, a forma de ingresso no serviço público e os demais requisitos legais, independentemente da nomenclatura do cargo. O TCESP também informou que acompanhará a aplicação da legislação durante as ações de fiscalização e orientou os municípios a adotarem as providências administrativas e jurídicas necessárias para garantir o cumprimento da norma.

Hortolândia intensifica retirada de sucatas

A Prefeitura de Hortolândia intensificou o mutirão para retirada de veículos e carcaças abandonados nas ruas após a entrada em operação do novo pátio municipal. Desde o início de julho, sete veículos já foram recolhidos. Antes da remoção, os proprietários são notificados para providenciar a retirada. A ação busca melhorar a segurança viária e a fluidez do trânsito. Denúncias de veículos abandonados podem ser feitas pelo telefone 156, na opção Fiscalização de Trânsito, mantido pela Prefeitura.



De acordo com a Prefeitura, já foram registrados sete recolhimentos

Vereador cobra gastos com energia em Americana

O vereador Lucas Leoncine (PSD) protocolou um requerimento na Câmara de Americana solicitando informações sobre os gastos da Prefeitura com energia elétrica e combustíveis fósseis. O documento também questiona a existência de estudos para ampliar o uso de energias renováveis, como a solar, e substituir gradualmente a frota municipal por veículos híbridos ou elétricos. O requerimento será votado na primeira sessão após o recesso, marcada para 4 de agosto, e, se aprovado, será enviado ao Executivo para resposta.

SAAE facilita emissão da 2ª via em Indaiatuba

O Serviço Autônomo de Água e Esgotos (SAAE) de Indaiatuba disponibiliza a emissão da segunda via da conta de água pelo novo site da autarquia. O serviço é gratuito e pode ser acessado informando o número do CDC do imóvel. A segunda via também está disponível no aplicativo Meu SAAE, ampliando as opções de atendimento e oferecendo mais praticidade aos usuários, sem necessidade de deslocamento.

Disque Silêncio

O vereador Flávio Xavier (Podemos) propôs a criação do “Disque Silêncio” em Paulínia, canal para denúncias de perturbação do sossego e poluição sonora. A iniciativa prevê atendimento por telefone, WhatsApp, aplicativo e portal. O parlamentar também apresentou propostas para ampliar áreas verdes, criar Jogos Interescolares e realizar recapeamento viário.

Espaços públicos e TEA

Ainda em Paulínia, uma nova lei instituiu o programa municipal de espaços públicos inclusivos e multissensoriais para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A proposta prevê a implantação gradual de “praças do autista”, com brinquedos adaptados, áreas de estímulo sensorial e ambientes acessíveis. A iniciativa é de Fábio da Van.

Procon Negocia 2026

A Prefeitura de Sumaré promove, na sexta-feira (31), o mutirão Procon Negocia 2026 para renegociação de dívidas com condições especiais. A ação será das 9h às 16h, na Faculdade Anhanguera, reunindo bancos, concessionárias e empresas de diversos setores. A participação é gratuita e permitirá acordos diretamente com os credores.

Programa para MEIs

Itatiba abriu inscrições para a segunda turma do Programa de Desenvolvimento Empresarial, voltado a microempreendedores individuais (MEIs). Gratuita, a capacitação será realizada entre 17 e 20 de agosto, em parceria com o Sebrae-SP, com oficinas sobre gestão financeira, precificação, Instagram para negócios e uso do ChatGPT no empreendedorismo.

UBS 3 em Nova Odessa

Já voltou a funcionar o atendimento odontológico da UBS 3, no Jardim São Manoel, em Nova Odessa. O serviço foi retomado após a conclusão das obras de adequação estrutural no consultório, realizadas em menos de dois meses. Durante a reforma, os pacientes foram atendidos na UBS 1. A intervenção recebeu investimento de cerca de R\$ 76 mil.

Mais estacionamento

A Secretaria de Mobilidade Urbana de Jaguariúna realiza a demarcação de vagas de estacionamento na Rua Maranhão, próximo ao SAAEJA. A ação criará nove novas vagas, sendo uma destinada a pessoas com deficiência, com o objetivo de melhorar a organização do trânsito e facilitar o atendimento aos usuários da autarquia.



Ministério Público foi motivado por inspeções que apontaram superlotação

Justiça determina retirada de mais de 500 presos do CDP de Americana

Unidade tem quase o dobro da capacidade e deverá corrigir falhas

Da Redação

O Centro de Detenção Provisória (CDP) “AEMP Renato Gonçalves Rodrigues”, em Americana, terá de reduzir a superlotação e corrigir irregularidades sanitárias e de segurança contra incêndio por determinação da Justiça. A decisão liminar foi concedida pela 1ª Vara Cível de Americana, a pedido do Ministério Público de São Paulo (MPSP), após a constatação de uma série de problemas na unidade prisional.

Projetado para receber 639 detentos, o CDP abrigava cerca de 1.190 presos, número que representa quase o dobro da capacidade instalada. A superlotação foi um dos principais fatores considerados pelo Ministério Público para pedir a intervenção da Justiça, diante dos impactos sobre as condições de segurança, saúde e funcionamento da unidade. Diante do cenário, a Justiça determinou que o Estado contenha novos ingressos e promova o remanejamento dos mais de 500 detentos excedentes no prazo de 90 dias.

No mesmo período, o governo estadual também deverá corrigir as irregularidades apontadas pela Vigilância Sanitária. Já as adequações rela-

cionadas à segurança contra incêndio, incluindo a obtenção do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB), deverão ser concluídas em até 180 dias.

Caso as determinações não sejam cumpridas sem justificativa, foi fixada multa diária de R\$ 10 mil. A decisão também estabelece que o Corpo de Bombeiros e a Vigilância Sanitária informem à Justiça os resultados de eventuais novas inspeções realizadas na unidade.

A ação civil pública foi proposta pelo promotor de Justiça Rafael Fernandes Viana, da 9ª Promotoria de Justiça de Americana. Segundo o Ministério Público, inspeções e relatórios técnicos identificaram, além da superlotação, a ausência do AVCB, deficiências sanitárias e outras irregularidades estruturais no estabelecimento.

Na ação, o promotor afirmou que é “inadmissível” que um centro de detenção provisória funcione superlotado, sem o AVCB e com falhas relevantes na prevenção e no combate a incêndios, além da inexistência de um plano efetivo para redução da população carcerária. Para o MP, a situação desrespeita normas básicas de segurança, saúde e dignidade humana.